

Encargos da dívida externa sugam US\$ 9,3 bi das reservas em 2002

Mônica Izaguirre
De Brasília

Os vencimentos de principal e juros da dívida externa pública federal vão exigir, ao longo de 2002, a utilização de US\$ 9,3 bilhões em recursos das reservas cambiais, US\$ 800 milhões a menos que os vencimentos de 2001, segundo o Banco Central. Tal como fez este ano, a intenção do governo é compensar pelo menos parte desses desembolsos com a captação de recursos novos via lançamentos de bônus da República no mercado internacional. Mesmo assim, numa atitude preventiva, o governo brasileiro decidiu, na sexta-feira, sacar US\$ 4,7 bilhões do Fundo Monetário Internacional (FMI) para reforçar as reservas cambiais.

Já solicitado, o saque faz parte do acordo firmado no início de agosto com o FMI e que disponibilizará um total de US\$ 15,6 bilhões ao país até o final de 2002. O objetivo é dar mais tranquilidade aos investidores externos quanto à capacidade do Brasil de honrar compromissos de dívida.

Em princípio, o governo achou que não precisaria lançar mão desta arma. A simples existência do acordo e a possibilidade de usar os recursos do fundo — pensou-se — bastariam para enfrentar a insegurança decorrente do cenário externo adverso, marcado pela desaceleração da economia mundial e pela retração na oferta de crédito a países emergentes. Porém, com a piora deste cenário a partir dos atentados terroristas do último dia 11 nos Estados Unidos, o governo mudou de opinião, disse Ilan Goldfajn, diretor de Política Econômica do BC. A necessidade de sacar ou não as parcelas seguintes do dinheiro do acordo será avaliada na medida em que o país for cumprindo as metas previstas e tendo direito a novas liberações do FMI.



Ilan Goldfajn, diretor do BC: fluxo de capitais estrangeiros não secou

O dinheiro do fundo não entra no conceito de reservas cambiais líquidas e, portanto, não aumenta a margem de manobra do Banco Central em relação ao piso de US\$ 20 bilhões estabelecido para as reservas, neste conceito, pelo acordo. Ainda assim, o governo entende que seu ingresso ajudará a tranquilizar os mercados sobre o financiamento do balanço de pagamentos do país. Com o novo saque, o resultado global do balanço — que inclui o setor privado — deverá fechar o ano de 2001 com superávit de aproximadamente US\$ 2 bilhões, informou Altamir Lopes, chefe do Departamento Econômico do BC. A previsão anterior, contida no memorando de entendimento com o FMI, era de um déficit neste balanço, o que significaria per-

da de reservas cambiais brutas.

A magnitude das captações a serem feitas pela República para financiar vencimentos da dívida externa pública no ano que vem vai depender da maior ou menor necessidade de o Banco Central ajudar o setor privado a honrar seus compromissos de dívida externa, vendendo moeda estrangeira de suas reservas em intervenções no mercado de câmbio. Desde o início de julho, o BC vem cumprindo a promessa de vender ao mercado cerca de US\$ 1 bilhão por mês até dezembro, até chegar a US\$ 6 bilhões, por intermédio de pequenas intervenções diárias, de US\$ 50 milhões (intervenções lineares). Mas, em função do efeito dos atentados nos Estados Unidos, nos dias 11, 12 e 13 a autoridade teve que fazer in-

tervenções extras.

Já contemplados no cálculo esses US\$ 6 bilhões em intervenções lineares e também todos os vencimentos de dívida externa federal até final do ano, antes dos atentados, o BC projetava chegar ao final de dezembro com reservas cambiais líquidas de US\$ 28 bilhões. Isso representava uma folga de US\$ 8 bilhões em relação ao piso do acordo com o FMI. Com as intervenções extras da semana dos atentados, essa folga caiu para algo próximo a US\$ 7,8 bilhões. Portanto, não sendo necessário novos gastos adicionais e não previstos de reservas cambiais, o governo começaria 2002 com uma folga equivalente a mais de 80% dos seus vencimentos de dívida no ano que vem. Em tese isso daria tempo para esperar condições melhores de mercado para lançar bônus. Havendo melhor cenário e condições favoráveis até final de 2001, não está descartada a possibilidade de o governo fazer este ano ainda captações com vistas ao financiamento da dívida pública com vencimento em 2002 e começar o ano com folga maior.

Na sexta-feira, Ilan Goldfajn informou que em setembro, apesar do maior nervosismo, o Brasil já recebeu cerca de US\$ 1,4 bilhão em investimentos estrangeiros diretos, o mesmo que em agosto. Para ele, trata-se de um sinal de que os fluxos de capitais estrangeiros para o Brasil não secaram, embora possam ter diminuído. Isso torna mais distante a possibilidade de o BC ter que gastar mais do que o previsto para dar liquidez ao mercado de câmbio e ajudar no fornecimento da moeda estrangeira necessária a honrar dívida privada. Os vencimentos de dívida externa privada somam US\$ 7,3 bilhões no último trimestre do ano, montante que o BC acredita será financiado por novas captações privadas.